

Acórdão: 3.181/06/CE Rito: Ordinário
Rec. de Ofício: 40.110119234-23
Recorrente: 2ª Câmara de Julgamento
Recorrida: Companhia Industrial Cataguases
Proc. S. Passivo: Glaydson Ferreira Cardoso/Outro(s)
PTA/AI: 02.000211104-30
CNPJ: 19.526.748/0008-27
Origem: DF/Ubá

EMENTA

MERCADORIA - ESTOQUE DESACOBERTADO. Constatada, mediante diligência fiscal, a existência de estoque de mercadorias em estabelecimento não inscrito no Cadastro de Contribuintes deste Estado, na condição de "depósito fechado". Excluídas as exigências de ICMS e MR, face à anexação aos autos das notas fiscais relativas às entradas das mercadorias no estabelecimento autuado, bem como em virtude de tratar-se de remessas de mercadorias amparadas pela não incidência de imposto, nos termos do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 6.763/75, não obstante ter havido o destaque do mesmo em tais documentos. Excluída também a Multa isolada prevista no artigo 55, inciso II, da Lei nº 6.763/75, por falta de provas de que o estoque encontrava-se efetivamente desacoberto. **Infração não caracterizada. Mantida a decisão.**

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - FALTA DE INSCRIÇÃO ESTADUAL. Detectada a existência de estabelecimento de contribuinte (depósito fechado), com mercadorias em estoque, sem estar devidamente inscrito no Cadastro de Contribuintes deste Estado, ensejando a aplicação da multa isolada prevista no artigo 54, inciso I, da Lei nº 6.763/75. **Infração plenamente caracterizada. Reformada a decisão.**

Recurso de Ofício parcialmente provido. Acionado o permissivo legal, § 3º, art. 53, da Lei 6763/75, para cancelar a Multa Isolada. Decisões por maioria de votos.

RELATÓRIO

Por meio de diligência realizada à "avenida Bom Destino nº 100, Bairro Jardim Santa Cristina", no município de Cataguases/MG, constatou o Fisco a existência de "depósito" sem a devida inscrição estadual e contendo mercadorias em estoque (546.841,74 metros de tecido de algodão), conforme "levantamento quantitativo" realizado com base em listagens fornecidas pela própria Autuada (fls. 06/32). Sobre o "estoque desacoberto" de tais mercadorias, exige-se o ICMS e as Multas de Revalidação e Isolada previstas, respectivamente, nos artigos 56, inciso II, e 55, inciso

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

II, ambos da Lei nº 6.763/75. Já pela "falta da inscrição estadual", é aplicada a Multa Isolada disciplinada no artigo 54, inciso I, da referida lei.

A decisão consubstanciada no Acórdão n.º 17.043/06/2.^a, pelo voto de qualidade, julgou improcedente o lançamento.

DECISÃO

Superada, de plano, a condição de admissibilidade capitulada no art. 129, § 2º da CLTA/MG - aprovada pelo Decreto n.º 23.780/84, revela-se cabível o reexame da decisão, de ofício.

Em 07/02/2006, o Fisco compareceu junto ao estabelecimento autuado, e constatou a existência de mercadorias em estoque ("546.841,74 metros de tecido"), que foram consideradas como "desacobertadas de documento fiscal", por se encontrar o dito estabelecimento, àquela ocasião, sem inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS deste Estado. Tal local se constituía em uma filial (depósito) pertencente à empresa "Companhia Industrial Cataguases", que já possuía inscrição junto ao CNPJ (nº 19.526.748/0008-27).

O levantamento quantitativo de tais mercadorias foi realizado pelo Fisco com base em listagens fornecidas pela própria Autuada (fls. 06/32), onde foram identificadas as quantidades e respectivos códigos de cada tipo de tecido depositado no estabelecimento.

Na apuração da base de cálculo, utilizou-se um preço unitário identificado pela Envolvida, único para todos os produtos (R\$ 9,67/metro), resultando no demonstrativo de fls. 35/107, que contém a exigência do ICMS, acrescido da Multa de Revalidação e da Multa Isolada prevista no artigo 55, inciso II, da Lei nº 6.763/75.

Apesar de não demonstrada, foi cobrada também a Multa Isolada pela falta de inscrição estadual, estabelecida no inciso I do artigo 54 da referida lei ($500 \text{ UFEMG} = 500 \times 1,6528 = \text{R\$ } 826,40$), conforme se percebe pelo confronto entre o total da MI, descrito no quadro de fl. 107 (R\$ 2.115.183,85), e aquele identificado no AI de fl. 02 (R\$ 2.116.010,25).

Ante a documentação trazida aos autos pela defesa (fls. 214/232), nota-se que, de fato, o processo para obtenção da inscrição estadual do aludido estabelecimento iniciou-se em "julho de 2003", com o recolhimento da Taxa de Expediente devida e o preenchimento de documentos exigidos pela legislação mineira (Declaração Cadastral DECA - Anexo 1). Porém, a efetiva protocolização de tal pedido junto à Secretaria da Fazenda deste Estado se deu somente em "17/11/2005" (fls. 221/222), vez que os demais documentos exigidos para tal demanda foram obtidos somente em "outubro de 2005" (fls. 224/230). Já o comprovante anexado à fl. 232 indica para o referido estabelecimento, como data de concessão da inscrição estadual, o dia "14/02/2006" e, como regime de recolhimento, a descrição de "isento/imune", ou seja, uma filial com atividade de "depósito fechado".

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Também são juntadas aos autos pelo sujeito passivo cópias das notas fiscais emitidas pelo seu estabelecimento matriz, envolvendo remessas de mercadorias para estocagem no mencionado depósito (fls. 233/300 e 302/463), e planilhas demonstrativas do confronto entre as listagens dos produtos em estoque, utilizadas pelo Fisco (fls. 08/32), e as ditas notas fiscais, conforme documentos de fls. 464/514.

Ao se analisar a legitimidade das exigências fiscais, não se pode ignorar as informações e documentos apresentados pela Defendente. No tocante à cobrança do ICMS e respectiva Multa de Revalidação sobre o valor total dos produtos em estoque (arbitrado pelo Fisco), deve-se levar em conta que, por se tratar de um estabelecimento funcionando como "depósito fechado" (circunstância que, inclusive, é admitida pelo próprio Fisco), as operações de "entradas" e "saídas" de mercadorias junto ao mesmo estão amparadas pela "não incidência do ICMS", conforme previsão contida nos incisos IX e X do artigo 7º da Lei nº 6.763/75.

Daí, mesmo que na data da diligência fiscal o aludido estabelecimento ainda não possuísse inscrição estadual, isto não lhe retira a condição de "depósito fechado", e nem prejudica a aplicação da referida desoneração de imposto. Cabe, portanto, excluir a cobrança de tal tributo e da penalidade que o acompanha (MR).

No que concerne à aplicação da Multa Isolada sobre o estoque das mercadorias tido como "desacobertado", prevista no inciso II do artigo 55 da Lei nº 6.763/75, há de se confrontar as notas fiscais apresentadas pela Litigante (fls. 233/300 e 302/463), com as listagens de produtos utilizadas no dito "levantamento quantitativo" (fls. 08/32). Esta comparação, inclusive, acha-se demonstrada nas planilhas de fls. 464/514.

Várias são as conclusões extraídas de tal confronto. Primeiramente, ao contrário da argumentação do Fisco, as mercadorias em questão contêm elementos que possibilitam sua perfeita identificação, no caso, um "código" para cada volume (com dez dígitos), que o individualiza em relação aos demais. Tais volumes correspondem a "rolos de tecido 100% algodão", contendo metragens variadas. Por isso, foi possível comparar os produtos descritos nas notas fiscais então apresentadas, com aqueles identificados no "levantamento quantitativo", conforme planilhas de fls. 464/514, elaboradas pela Envolvida. E, por esta comparação, vê-se que as notas fiscais de remessa das mercadorias para tal depósito (relacionadas no quadro em anexo), abarcam os produtos encontrados em estoque na data da verificação fiscal.

Ainda que tais notas fiscais não tenham sido apresentadas ao Fisco no momento da diligência no estabelecimento, ou que as mesmas contenham o equivocado destaque de imposto em operações amparadas pela "não incidência" (remessas para "depósito fechado"), isto não as invalida para o acobertamento das mercadorias em pauta, até porque, tais documentos preexistiam à ação fiscal. Pode-se dizer o mesmo com relação ao procedimento adotado pela Autuada ao descrever os produtos em "listagens" anexadas às ditas notas fiscais. Apesar de não terem sido observados os preceitos previstos na legislação tributária para tais situações (dispensa da descrição dos produtos na nota fiscal, mediante a adoção do documento denominado "Romaneio", nos moldes dos artigos 18 e 19, Parte 1, Anexo V, do RICMS/02), as

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

notas fiscais fazem referência a tais listagens e estas, por sua vez, discriminam as mercadorias cuja totalidade foi indicada nas respectivas notas fiscais. Em função disso, cabe excluir também a cobrança da mencionada penalidade isolada.

Por fim, tem-se a exigência da Multa Isolada pela "falta de inscrição estadual" para o aludido estabelecimento ("depósito fechado"), estabelecida no artigo 54, inciso I, da Lei nº 6.763/75 (500 UFEMGs).

Informa os autos que os fiscais autuantes estiveram no estabelecimento autuado em 07/02/06, oportunidade em que constataram a falta de inscrição estadual, bem como o estoque desacobertado de documento fiscal, tendo efetuado o levantamento quantitativo da referida mercadoria, o qual foi acompanhado por representante do Autuado, tendo sido o mesmo intimado da feitura do referido levantamento quantitativo, naquela mesma data, conforme se vê às fls. 07 dos autos.

Diante da constatação da infração prevista no art. 16, inciso I da Lei 6763/75, lavrou-se o competente Auto de Infração para exigir a penalidade prevista no art. 54, inciso I, do já mencionado diploma legal, em 17/02/06, tendo sido o Autuado cientificado do mesmo em 10/03/06.

Assim, o fato de ter a inscrição estadual sido deferida ao Autuado em 14/02/06 (fls. 232), portanto, antes da lavratura do Auto de Infração e de sua respectiva cientificação ao mesmo, não possui o condão de apagar a infração cometida.

Quando da concessão da referida inscrição estadual, a fiscalização já havia dado início ao trabalho fiscal, o que ocorreu em 07/02/06, com a constatação do fato delituoso e a feitura do levantamento quantitativo da mercadoria que se encontrava no estabelecimento, bem como a respectiva cientificação ao Contribuinte.

Como se vê, trata-se de constatação de flagrante infração à legislação tributária, hipótese em que fica dispensada a lavratura do Termo de Início da Ação Fiscal – TIAF, nos termos do art. 54, inciso I, da mencionada CLTA.

Assim sendo, como se vê, o crédito tributário foi constituído com a observância da legislação tributária, sendo correta a exigência da penalidade aplicada.

Não obstante a caracterização do ilícito, mas considerando-se os pressupostos do § 6º, do art. 53, da Lei 6763/75, aciona-se o permissivo legal para cancelar a Multa Isolada em questão.

Diante do exposto, ACORDA a Câmara Especial do CC/MG, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao Recurso de Ofício, para restabelecer a Multa Isolada capitulada no art. 54, inciso I, da Lei 6763/75. Vencidos, em parte, os Conselheiros Luciana Mundim de Mattos Paixão e Windson Luiz da Silva, que lhe negavam provimento, nos termos da decisão recorrida. Em seguida, também por maioria de votos, acionou-se o permissivo legal, art. 53, § 3º, da Lei 6763/75, para cancelar a Multa Isolada. Vencido o Conselheiro Edvaldo Ferreira, que não aplicava o permissivo. Ausente da sessão, o Conselheiro Antônio César Ribeiro. Pela Recorrida,

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

sustentou oralmente o Dr. Werther Botelho Spagnol e, pela Fazenda Pública Estadual, o Dr. Marcelo Pádua Cavalcanti. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros acima mencionados.

Sala das Sessões, 1º/12/06.

**Roberto Nogueira Lima
Presidente**

**Edwaldo Pereira de Salles
Relator**

CC/MIG